

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.048

FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À UNIVERSIDADE

MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA

Doutora, Professora da Universidade Federal da Paraíba e Programa de Pós-Graduação em Educação.
socorroxbatista@gmail.com

RESUMO

O trabalho discute a formação de educadores em Educação do Campo, ressaltando as propostas dos movimentos sociais do campo, as políticas e a contribuição das universidades públicas na formação inicial e continuada de educadores voltados para atuação em escolas no campo. No primeiro momento faz uma breve trajetória do movimento de Educação do Campo, sus concepções e princípios, em seguida analisa as políticas voltadas para formação de educadores conquistadas pelo movimento e, por último, apresenta os projetos de formação desenvolvidos pelas universidades federais públicas na Paraíba com destaque para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e de Campina Grande (UFCG). O trabalho é resultante de uma pesquisa qualitativa, tendo como estratégia um estudo bibliográfico e análise documental A pesquisa bibliográfica versou sobre as categorias Educação do Campo, formação de educadores e movimentos sociais do campo. A pesquisa documental se concentrou nos documentos dos projetos pedagógicos, resoluções que regulamentam os cursos, relatórios dos projetos desenvolvidos pelas universidades UFPB e UFCG, para identificar e analisar os princípios políticos e pedagógicos que fundamentaram a formação de educadores, assim como verificar se há sintonia com os princípios da Educação do Campo.

Palavras-Chaves: Educação do Campo; Formação de Educadores; Universidade.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho discute a formação de educadores em Educação do Campo, ressaltando as propostas dos movimentos sociais do campo, as políticas e a contribuição das universidades públicas na formação inicial e continuada de educadores voltados para atuação em escolas no campo. No primeiro momento faz uma breve trajetória do movimento de Educação do Campo, suas concepções e princípios, em seguida analisa as políticas voltadas para formação de educadores conquistadas pelo movimento e, por último, apresenta os projetos de formação desenvolvidos pelas universidades federais públicas na Paraíba com destaque para a Universidade Federal da Paraíba e de Campina Grande.

O trabalho é resultante de uma pesquisa que teve como objeto de estudo as experiências de Formação Inicial e continuada de educadores em Educação do Campo na Paraíba, desenvolvidas pelas universidades públicas da Paraíba, quais sejam a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A investigação adotou a metodologia qualitativa, tendo como estratégia um estudo bibliográfico e análise documental. A pesquisa bibliográfica versou sobre as categorias Educação do Campo, formação de educadores e movimentos sociais do campo. A pesquisa documental se concentrou nos documentos dos projetos pedagógicos, resoluções que regulamentam os cursos, relatórios dos projetos desenvolvidos pelas universidades UFPB e UFCG, para identificar e analisar os princípios políticos e pedagógicos que fundamentaram a formação de educadores, assim como verificar se há sintonia com os princípios da Educação do Campo. A pesquisa bibliográfica buscou em autores que pensam a Educação do Campo, a formação de educadores e os movimentos sociais, os elementos conceituais, as categorias de análise do fenômeno que pretendemos analisar.

Além desta introdução o texto está organizado nos seguintes tópicos: Educação do Campo e formação de educadores; formação de educadores do campo: dos movimentos à universidade; considerações finais.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Entendemos a Educação do Campo como projeto educativo contra hegemônico, uma vez que surge da luta de classes e do protagonismo dos movimentos sociais do campo, sendo entendida como uma educação emancipatória, crítica que valoriza os conhecimentos, saberes e cultura dos povos do campo e a diversidade de seus territórios.

Considerando que a Educação do Campo é um paradigma de educação recente, que em sua essência se configura como uma proposta filosófica e pedagógica que evidencia o campo e seus sujeitos, ancorada na reflexão sobre temas que estejam fincados na cultura, nos modos de produzir e viver no campo, tendo a pesquisa e os temas geradores guiados pelo diálogo como orientadores das práticas pedagógicas, torna-se fundamental pensar políticas de formação de educadores. Nesse sentido, a formação de educadores defendida pelo Movimento Nacional de educação do Campo no documento final da II Conferência ressalta os seguintes aspectos:

O que queremos: [...] 3. Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente que priorize: a formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente; formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político e pedagógico da Educação do Campo; incentivos profissionais e concurso diferenciado para educadores que trabalham nas escolas do campo; definição do perfil profissional do educador do campo. (CNEC, 2004, p. 4).

Esses elementos serviram de parâmetro para fundamentar as demandas e as práticas nos cursos de formação de educadores dos programas e políticas conquistadas pelo movimento de Educação do Campo desde 1998, quando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, primeiro programa de Educação do Campo conquistado pelos movimentos sociais entra nas universidades desenvolvendo cursos de formação de educadores e, em seguida com os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO. Esses cursos possibilitam o acesso dos camponeses na universidade como sujeitos de direitos e

sujeitos coletivos, com a presença dos movimentos sociais, com novos cursos e temáticas que passaram a fazer parte da universidade, novas metodologias e práticas pedagógicas com diferentes tempos e espaços educativos, como a Pedagogia da Alternância, que possibilita a teoria e prática imbricadas com projetos e temas trazidos pelas/os estudantes.

A Educação do Campo é um projeto de educação oriundo das experiências das populações camponesas e dos movimentos sociais do campo, que visa a formação humana numa perspectiva emancipatória, reflexiva e crítica, apoiada no pensamento educacional crítico, que tem como base a Educação Popular de Paulo Freire, na Educação Socialista e na Educação do movimento, especialmente desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esta educação foi forjada na luta pela terra, por direitos especialmente no que tange à educação, uma vez que o Estado brasileiro negou, ao longo da história, o direito à educação às populações dos territórios do campo, seja pela não oferta de educação escolar, seja pela qualidade da educação ofertada.

(...) "a Educação do Campo surge em meio as lutas dos movimentos sociais contra o processo perverso de exclusão social e negação de direitos, principalmente o direito a educação, e contra o modelo de educação oferecido aos/as camponeses/as, atrelado aos interesses do agronegócio. Portanto, se constitui como uma trincheira de resistências políticas, pedagógicas e epistemológicas. Uma educação que assume o desafio de contrapor-se ao projeto de sociabilidade vigente e ao modelo de escola rural concebido a partir da lógica capitalista, que nega aos sujeitos o direito ao conhecimento e as condições materiais para construção de uma vida digna (LIMA, 2022, p. 90).

A Educação do Campo se insurge como resistência ao modelo tradicional, baseado na pedagogia liberal que reproduz relações de dominação, ao tempo em que impõe um modelo cultural dominante fundado na racionalidade da cultura ocidental e nos interesses do capital e do neoliberalismo que pretende disseminar uma cultura única, com vistas a sustentar o domínio dos interesses hegemônicos e renega os saberes e experiências e os modos de vida resistentes dos povos tradicionais. A lógica racional dominante de uniformização da cultura produz uma negação das culturas e dos modos de vida populares.

A Educação do Campo surge como resistência e luta contra essa lógica e com o propósito de promover a valorização das culturas silenciadas e promover a

emancipação, respeitando e evidenciando a realidade sociocultural e as práticas sociais das populações do campo.

Nessa direção a Educação do Campo compreende os sujeitos educativos como protagonistas, pois são os seus conhecimentos e experiências que são trazidos e refletidos nas práticas educativas desenvolvidas nas escolas do campo.

Neste contexto, o projeto de Educação do Campo, forjado nas lutas políticas dos movimentos sociais, afirma-se como uma pedagogia da resistência que se contrapõe aos projetos políticos e ideológicos neo-liberais que influenciam as políticas educacionais excludentes e, acima de tudo, assume um papel estratégico na defesa de outro projeto de sociedade, em contraposição à sociabilidade capitalista marcada pela concentração de renda e das riquezas naturais, assim como, pela exploração da classe trabalhadora e a consolidação de um projeto de dominação marcado pela exclusão social (LIMA, 2022, p. 93).

As populações do campo historicamente vivenciam uma exclusão estrutural que se instaura no país a partir da colonização que passa a tomar e explorar as terras dos povos originários e a implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na propriedade fundiária em extensos latifúndios com a produção de monoculturas voltadas ao mercado externo e na exploração do trabalho escravo, tanto das populações nativas quanto dos povos africanos vítimas do tráfico e do comércio humano e submetidos ao trabalho escravo e a condições sub humanas de vida. Processo esse que gerou todo tipo de exclusão, injustiça e negação de direitos.

É contra toda essa situação que os povos do campo vem se organizando, lutando e combatendo todo esse processo e em defesa de uma educação que contribua para superação dessa estrutura social econômica e política excludente.

“(…) a Educação do Campo atua no sentido de fomentar uma reflexão crítica sobre as condições de exploração e injustiças instituídas no campo, na perspectiva de denúncia das mazelas do capitalismo; assim como, fomenta estudos e reflexões acerca da situação de opressão dos camponeses com o intuito de promover uma releitura da realidade, evidenciando as possibilidades de transformação social, por meio da organização social e política da classe trabalhadora (LIMA, 2022, p. 95).

A Educação do Campo enquanto proposta política e pedagógica propõe uma pedagogia crítica que propicie uma epistemologia baseada no diálogo e permita uma reflexão crítica sobre todos os processos de exclusão que atinge as populações do

campo e evidencie suas diversidades produtivas, culturais que são parte do contexto social em que vivem e que são por eles construídos.

Dessa forma, as experiências de Educação do Campo precisam ser desenvolvidas a partir de princípios políticos e epistemológicos que permitam uma ampla reflexão do contexto sócio histórico e cultural dos jovens, com o intuito de evidenciar as relações de poder instituídas na sociedade brasileira e internacional, que resultou nas condições de injustiças e opressão, marcado por um modelo de sociedade injusto e desigual que se constitui como natural dentro da realidade social brasileira. Por essa razão, o contexto dos/as educandos/as não pode ser utilizado neste processo como mera ilustração pedagógica, mas como ponto de partida, como condição essencial para a produção de conhecimentos comprometidos com a transformação social e a emancipação dos/as educandos/as (LIMA, 2022, p. 97).

Nessa perspectiva os processos educativos devem ser mediados por práticas pedagógicas que ensejem a construção de conhecimentos, a participação ativa dos sujeitos educandos e educandas e da comunidade e que mantenha a memória e a história das comunidades e possibilitem pensar novas formas de vida construídas a partir das necessidades da comunidade. Para tanto se faz necessário um processo educativo baseado na pesquisa, no levantamento de temas a serem pensados, refletidos a partir dos saberes populares e dos conhecimentos científicos.

Neste contexto, os estudos realizados nas comunidades são concebidos na perspectiva da investigação-ação e da pesquisa-participante, nos quais os/as educandos/as são instigados a desenvolverem uma atitude investigativa que permita questionar os princípios e valores que fundamentam as práticas políticas e culturais que fundamentam a sociabilidade no campo pautada nos ideais capitalistas. A partir da apropriação crítica dos conhecimentos escolares, os jovens têm a oportunidade de ampliar a compreensão crítica dos problemas e das demandas sociais e políticas vivenciadas pelos camponeses. São experiências educativas que se configuram como tempos/espacos de vivências, experiências, estudo e pesquisa associado à integração de saberes e a construção coletiva de conhecimentos voltados a transformação social (LIMA, 2022, p. 100).

As práticas pedagógicas devem ser embasadas no respeito aos saberes das experiências de vida dos estudantes, num currículo que possibilite o cruzamento desses saberes com os conhecimento sistematizados dos diversos campo da ciência, mediados por metodologias que possibilitem o protagonismo dos/as

educandos/as e referenciados na cultura, na história e na memória das populações do campo, conforme definidas no Decreto 7.352 de 4/11/2010 art. 1º § 1º: "os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural".

Essa diversidade se refere não só aos sujeitos, mas também aos territórios e às formas de produção da vida e da cultura, às formas de organização política e por consequência às demandas de educação e aos formatos educativos que se coadunem com essas diversidades.

2.2 FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO: DOS MOVIMENTOS À UNIVERSIDADE

A formação de educadores tem sido alvo de disputas entre as concepções e perfil dos cursos. De um lado temos as proposições da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais em geral e os ligados à educação como o movimento aglutinado pela ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), especialmente nas últimas cinco décadas e pelo movimento Nacional de Educação do Campo, a partir de 1998. Em consequência desse movimento, foram aprovados documentos normativos sobre a formação inicial e continuada de educadores que contêm dispositivos específicos sobre a formação de educadores para a Educação do Campo.

O Decreto nº 8.752, de 9/05/2016 Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, no Art. 12, determina o Planejamento Estratégico Nacional deverá prever programas e ações integrados e complementares relacionados às seguintes iniciativas:

VI - estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, de povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos (BRASIL, 2016, p. 2).

Outro documento que se refere à formação de educadores que também trata sobre a formação para a Educação escolar no campo é a Resolução 2/2015 que

trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, no Art. 3º se refere ao objetivo da formação:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, **educação do campo**, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional (BRASIL.CNE-CEB, 2015, p. 3. Grifos nosso)

Essa mesma Resolução em seu Art. 3º, inciso II determina que os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

A referida Resolução 2/2015 em seu Art. 8º que se refere às aptidões que o/a egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverão ter em seu Parágrafo único destaca:

Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da **educação escolar do campo** e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes (BRASIL, 2015, p. 3).

Todas essas definições políticas sobre a formação de educadores corroboram a necessidade de uma formação específica de educadores para as modalidades de Educação Básica do Campo, conforme passou a ser reconhecida pela Resolução do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, nº 4 de 13 de julho de 2010, que passou a reconhecer a Educação do Campo como uma modalidade de Educação.

Assim, considera-se que a formação do professor pode ser o caminho para a materialização da Educação do Campo em sua defesa por uma educação e uma escola diferente da que existe na realidade da área rural. A pretensão é que a escola do campo incorpore a luta do seu povo, a sua cultura, as suas memórias e que o campo seja reconhecido como lugar de vida, de produção, com um projeto de desenvolvimento (ALENCAR, 2010, p. 209).

Portanto, os cursos de formação de educadores desenvolvidos pela UFPB e UFCG denotam os esforços destas instituições para atender a demanda de professores qualificados, com domínio teórico e pedagógico defendidos pelos movimentos sociais e definidos na política educacional específica para os sujeitos que vivem no/do campo e que suscitaram o desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

Definições políticas sobre a formação de educadores no Brasil foi uma preocupação tardia, assim como a criação de escolas públicas sob o controle do estado que só foram pensadas a partir da Lei de 15/10/1827, que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” e que também estabeleceu a necessidade de se fazer exames para selecionar mestres.

A formação de professores se dava na prática, desde as primeiras escolas de ensino mútuo e com o método Lancaster, a partir de 1820, focada no aprendizado do método. Os cursos de formação de professores para os primeiros anos do ensino fundamental só ocorrem com a criação das escolas normais, após a reforma constitucional de 12/8/1834, o que perdurou por longo período, só vindo a se modificar a partir da Lei n. 9.394 de 1996, a qual passa a indicar a formação desses docentes em nível superior. Os profissionais para o ensino secundário só se tornaram alvo de preocupação no século XX com os cursos de Licenciatura. Assim, durante muito tempo a profissão de professor era improvisada utilizando-se pessoas que tinham algum grau de escolaridade.

Muitas escolas eram improvisadas por mulheres que haviam tido acesso ao ensino e que fundaram escolas em suas casas, para ensinar a ler e escrever, fato muito presente no meio rural. Uma vez que somente a partir dos anos de 1930 o estado brasileiro começa a tomar iniciativas para garantir escolas nesse território. Conforme explicita Calazans (1993, p. 234)

Na trajetória da formação escolar brasileira, embora se possam destacar eventos dispersos que denotam intenções do setor público, já no século XIX, de dotar as populações do meio rural de escola, sabe-se que só a partir de 1930 ocorreram programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo.

Diante dessa situação chegamos aos anos 2000 com um número expressivo de locais no meio rural sem escola, acarretando persistentes índices de analfabetismo entre as populações ali residentes. Os dados que corroboram a negação do direito à educação no meio rural são explicitados por Hage et all (2016, p. 150).

Os dados revelam que, das 29.830.007 pessoas que vivem no campo no Brasil (IBGE, 2010), somente 21% acessam a escola, pois existem apenas 6,3 milhões de matrículas nas escolas rurais, segundo o Censo Escolar do INEP (2011).

O descaso com a educação destinada às populações que vivem nos territórios dos camponeses pode ser percebido no número de professores sem formação superior, atuando nas escolas no campo. Como evidenciam Hage et all (2016, p.150)

No âmbito da formação de educadores, os dados disponibilizados pelo Censo Escolar de 2011 indicam que, dos 342.845 professores que atuam no campo no Brasil, quase a metade – 160.317 – não possui educação superior (46,7%), e, destes, 156.190 possuem o Ensino Médio (97,4%) e 4.127 possuem apenas o Ensino Fundamental (2,6%).

Ainda segundo dados do Censo Escolar de 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), havia nas escolas brasileiras, cerca de 40% dos professores atuando no ensino médio sem formação adequada nas disciplinas que lecionam.

Esse quadro quanto à formação de educadores foi um dos motivos das demandas da Educação do Campo. Projeto de educação que se origina das lutas

camponesas, presentes na história brasileira desde a colonização, que inaugurou um modelo agrícola estruturado pelo latifúndio, por relações sociais de produção escravistas, pelo cultivo de monoculturas destinadas ao mercado externo, o qual encetou lutas camponesas, indígenas e das pessoas escravizadas e afrodescendentes desde então, tendo como demandas o acesso à terra, por direitos sociais e humanos.

A partir dos anos 1980, em meio às mobilizações da sociedade pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização, há uma retomada da mobilização dos movimentos sociais do campo, trazendo à tona a pauta da reforma agrária ampliada para um conjunto de direitos que historicamente foram negados aos povos do campo, destacando-se a luta pelo direito à educação. Nesse contexto forma-se Movimento Nacional de Educação do Campo, que se constituiu a partir de 1978, com a I Conferência Nacional de Educação do Campo, impulsionado por uma articulação de movimentos sociais, sindicais, universidades públicas com uma territorialização de abrangência nacional constituindo-se numa rede político-pedagógica e epistêmica (MEDEIROS; MORENO; BATISTA, 2020).

Em todos os eventos e documentos do Movimento a formação de educadores assumiu um lugar de destaque. Na I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo (KOLING et al, 1999, p.51) já se evidenciava algumas demandas e compromissos:

- a. Promover eventos de formação específica intercultural para quem trabalha em escolas no meio rural.
- b. Construir alternativas urgentes de escolarização e de profissionalização dos docentes não-titulados, assegurando uma formação específica contínua, partindo da realidade do trabalho do professor, para atuação no meio rural.
- c. Reorganizar as formas, os currículos e os métodos dos cursos de formação de educadores/educadoras para que atendam a educação básica e à educação especial, tendo como referência a realidade do campo.
- d. Exigir a garantia de formação universitária dos educadores e das educadoras do meio rural.
- e. Incluir, nos cursos de pedagogia, disciplinas voltadas para a realidade do campo.
- f. Criar política salarial para a valorização dos educadores e das educadoras do campo.

Os documentos do ordenamento jurídico da Educação do Campo, conquistados pelo movimento da Educação do Campo, preveem uma formação específica de educadores para atuar nas escolas do Campo, como vemos no art. 13 das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), que inclui uma normatização complementar da formação dos professores para atuar nas escolas do campo. Conforme esse artigo, o curso de formação deve contemplar:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002, p. 2)

Destaca-se também o Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que se refere à formação de educadores nos artigos 2º e 5º. O Art. 2º inciso III define entre os princípios da Educação do Campo:

[...] “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo”. Verifica-se assim que a formação de educadores é basilar para a garantir uma educação voltada para a especificidade do campo e dos camponeses (BRASIL, 2010, p. 1).

Já o Art. 5º deste decreto define que a formação de professores para a educação do campo deverá observar além dos princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29/01/2009, será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e ainda sugerir entre outros aspectos que:

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços

e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010, p. 2).

Portanto, o movimento ensejou várias conquistas que envolvem a legislação da política de Educação do Campo e vários programas. Entre os documentos destacamos: Parecer CNE/CEB Nº 36/2001; Resolução CNE/CEB 01/2002; Parecer CNE/CEB Nº1/2006, Projovem campo saberes da Terra (2007); Resolução nº 2, de 28/04/2008; Decreto nº 7.352, de 4/11/2010; Resolução Nº 4/ 2010 (Diretrizes Curriculares Educação Básica, Capítulo II Modalidades Da Educação Básica – Seção IV Educação Básica do Campo). Entre os programas destacam-se o PRONERA – Programa Nacional de educação na reforma agrária e o PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. O Programa Saberes da Terra (2005) e todos esses programas envolvem a formação de educadores em Educação do Campo seja em principal objetivo (PROCAMPO), seja nos demais que desenvolveram ações de formação inicial ou continuada de educadores.

Desde 1998, quando foi criado o PRONERA, as universidades públicas se envolveram na execução de vários cursos em todos os níveis, desde a alfabetização, Educação Básica e Superior, especialmente com cursos de formação de educadores. De acordo com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre os anos de 1998 e 2018, o Programa ofertou 499 cursos em parceria com 94 instituições de ensino, atendendo 186.734 beneficiários, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até programas de pós-graduação.

Na Paraíba a UFPB e a UFCG se destacaram no desenvolvimento de projetos de formação de educadores vinculados a esse programa. A UFPB destacou-se com os seguintes cursos: Curso Normal (nível médio); Licenciatura em Pedagogia pelo PRONERA (duas turmas 2008-2012 e 2015-2018), no Campus I; Licenciatura em Ciências agrárias pelo PRONERA, Campus Bananeiras (2004-2009); criação do Curso de Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo – Campus I; com a Pós-Graduação *latu sensu* Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária (2013-2015), sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, (CCHSA), **Campus III**; Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, denominado Curso de Especialização em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido Brasileiro, sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, (CCHLA), **Campus I**; Especialização em Educação do Campo (com duas turmas ofertadas, 2017 e 2019), do Departamento de Educação do Campo, Centro de Educação,

Campus I; e vários projetos de Extensão envolvendo a formação continuada de educadores em Educação do Campo tais como: Curso de aperfeiçoamento Formação continuada de educadores em Educação do Campo em parceria com MEC/SECADI, 2017; Curso de Formação continuada de educadores sobre Educação do campo, em 2021, pelo PROLICEN e PROBEX, desenvolvido por professores do Centro de Educação.

Os cursos realizados pela UFPB de Licenciatura em Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo, tanto o do PRONERA, quanto o Curso regular do Campus I e do Campus III trazem disciplinas específicas nos conteúdos básicos e obrigatórios como tais como: Fundamentos Sócio-históricos da Educação do Campo; Educação, Economia popular solidária e práticas associativas; Educação Popular; Teorias e Práticas da Educação Popular; Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I e II; Projeto de Pesquisa e Extensão no campo I e II Entre os conteúdos Complementares Optativos: Educação e Trabalho no campo; Seminários Temático em Educação ambiental; Escola Rural e Classes multisseriadas; Educação e desenvolvimento sustentável; Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo; Pesquisa e Práticas Pedagógicas na Educação do Campo; Estágio Supervisionado VI; Educação do Campo e Prática de Extensão; Educação e juventude rural.

Todos esses componentes curriculares tratam em suas ementas de temáticas que se referem aos princípios, fundamentos teóricos e metodológicos da Educação do Campo e sua trajetória histórica; questão agrária, as lutas dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária e por educação.

No que se refere à disciplina Fundamentos Sócio históricos da Educação do Campo, principal componente do aprofundamento em Educação do Campo do Curso de Pedagogia, Gonçalves (2022, p. 52) comenta:

Com base na ementa e no plano de curso, é possível afirmar que a disciplina aborda conteúdos que são basilares para a discussão dos fundamentos da E.C., apontando para o fortalecimento deste conceito no curso, visto que, aborda desde a história, até o contexto atual da luta por políticas públicas, currículo e práticas pedagógicas. A discussão na perspectiva histórica com o objetivo de contextualizar a atualidade da E.C. é importante para reafirmar sobre o posicionamento político e histórico deste conceito, valorizando o processo de construção de conhecimentos e experiências que fundamentam a E.C.

O curso de Pedagogia Educação do Campo teve início em 2009 e já formou 18 turmas e tem recebido estudantes de vários municípios da Paraíba e de estados vizinhos de origem urbana e rural.

Na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Campus Sumé, destaca-se do ponto de vista da formação inicial, a criação da Licenciatura interdisciplinar em Educação do Campo para a docência multidisciplinar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com a finalidade de formar professores (as) aptos a fazer a gestão de processos educativos escolares e não escolares no campo brasileiro. Esse curso tem contribuído com as escolas no campo na região do cariri paraibano, através das ações de extensão e programas como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, que busca o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

No que se refere à formação continuada foram vários projetos: Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido; I Curso de Aprofundamento em Educação Contextualizada para as turmas Multisseriadas do Semiárido”, Escola da Terra, curso realizado numa parceria entre UFCG e SECADI/MEC para o professorado e coordenação pedagógica das escolas e turmas multisseriadas do Campo; Curso de Especialização em Ciências da Natureza e da Matemática para convivência com o Semiárido; Formação continuada de professores(as) e gestores do cariri paraibano pela, Rede de Formação Continuada de Gestores e Professores do Cariri Paraibano – Nupeforp e Formação de professores da Educação Infantil - Nupeforp e Fapei.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do profissional docente é um processo que ocorre ao longo de uma trajetória que se inicia na vida de estudante vivenciada como a prática de docente em sua formação. Mas do ponto de vista da formação que proporciona um título para o exercício da docência, ela se dá numa instituição formativa e é caracterizada como um “momento formal em que processos de aprender a ensinar e aprender a ser professor começam a ser construídos de forma mais sistemática, fundamentada e contextualizada” (MIZUKAMI, 2008, p. 216). Porém, como o nome esclarece, é a formação inicial, porque ao longo da vida laboral o educador vai se auto formando na sua prática e no planejamento e participando de vários processos

de formação continuada. Nas instituições formadoras se tem a oportunidade de se apropriar de diferentes conhecimentos que fazem parte do campo da educação como ciência.

Nessa perspectiva a universidade assume um papel fundamental de proporcionar ao educador em formação diferentes conhecimentos: dos fundamentos sociais, históricos e políticos, os pedagógicos em aliança com a prática, além de saberes, habilidades e competências que devem constituir a base do profissional docente. Dada a dinâmica e complexidade que envolve profissão docente, torna-se importante que sejam proporcionados diferentes possibilidades que favoreçam, conforme Art. 5º das DCN, estabelecidas pela Resolução nº 2/CNE/2015: “à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições” (BRASIL, 2015, p. 3). Nesse sentido, é importante que os cursos de formação de educadores para atuar em escolas do campo tenham oportunidade de vivenciar as teorias e as práticas pedagógicas em consonância com os princípios da Educação do Campo. Nas universidades federais da Paraíba (UFPB E UFCG) percebe-se um empenho na formação de educadores em Educação do Campo, tanto através de cursos regulares de formação inicial e continuada, quanto através de projetos de extensão, evidenciando o compromisso com a educação das populações do campo e com os movimentos sociais do campo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ci. & Tróp., Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010*

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Educação do Campo: da luta dos movimentos às políticas. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Luciléa Teixeira (orgs.). Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios. Fortaleza, Imprece. 2016

BRASIL.MEC.CNE-CEB. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL.MEC.CNE-CEB. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BRASIL. **Decreto nº 8.752**, 9/05/2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica).

BRASIL.CNE-CP. **Resolução nº 2, DE 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 02/CP/CNE/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília

BRASIL. **Decreto nº 8.752**, de 9/05/2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica

CALAZANS, M. Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jaques; CALAZANS, M. Julieta Costa. Educação e Escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

GONÇALVES, Lucas Gabriel Chaves. **Evidências e ausências da Educação do Campo no Curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo/UFPB** / Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo) - UFPB/CE. - João Pessoa, 2022.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CAMPO: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 147-174, 2016.

LIMA, Elmo de Souza. **A Educação do Campo como espaço de resistência política e epistemológica:** as lutas por outras pedagogias. Revista *Teias* v. 23 • n. 68 • jan./mar. 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.60893

KOLLING, Edgar J.; NÉRY Irmão; MOLINA Mônica C. (Organizadores). Por uma Educação Básica do Campo: Memória. I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo. Texto Base. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MANIFESTO CONTRA A DESQUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Manifesto em repúdio à homologação da Resolução CNE/CP nº 1, de 27/10/2020, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica

(BNC-Formação Continuada). 05/11/2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/manifesto-contradesqualificacaodaformacaodosprofessoresdaeducacaobasica>. Acesso em 10/05/2021

MEDEIROS, Evandro Costa de; MORENO, Glaucia de Sousa; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Territorialização nacional da Educação do Campo: marcos históricos no Sudeste paraense. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e224676, 2020